

24 NOV 1987

JORNAL DO BRASIL

Josué Montello

A crise e o presidente

Não conheço definição mais exata, para o exercício da Presidência da República, do que esta, já incorporada à vulgaridade dos lugares comuns: é uma gerência de crises.



O presidente amanhece e anoitece por entre crises, que ora resolve, ora passa adiante, sabendo que é esse o seu ofício, desde que pôs ao peito a faixa presidencial.

Com a sua longa experiência da vida humana, o saudoso professor Antônio Austregésilo era de parecer que a existência de cada um de nós nada mais é do que o fracasso dos acidentes sucessivos que ocorrem em nosso organismo. Se esses acidentes se agravam, adoecemos, entrando na faixa do risco; se fracassam, continuamos o nosso caminho. Por vezes é a vista que se turva, a tontura que se desfaz, o coração que se acelera, a respiração que se reata, após a angústia de uma interrupção momentânea. E a vida continua.

A Presidência da República, para corresponder à sua normalidade, é, também, uma sucessão de crises: crises que o Presidente resolve; crises que ficam entregues ao tempo, para que este as resolva; ou crises que repentinamente se avolumam, mais fortes que o tempo e o presidente. Nesta última hipótese, talvez coubesse, à falta de outra solução, o expediente proposto por Manuel Bandeira num de seus poemas — quando recomendava o tango argentino. Não chegaremos a tanto; mas peçamos a Deus que tenha um pouco de misericórdia para a pobre da democracia, encurtando-lhe os hiatos.

Estaremos, neste momento, no torvelinho de uma crise? Parece que sim. Como não tenho inclinação especial para profetizar catástrofes, acho que vamos sair dela, desde que conservemos a serenidade da cabeça fria. Cumpre ressaltar que esse torvelinho faz parte da condição democrática, e está na própria essência de seu processo.

Quando o senador Sarney foi investido na Presidência da República, tive com ele uma longa conversa

sobre a nova missão que o destino lhe entregava. Ele próprio, nessa conversa, prontamente reconheceu:

— O posto me obriga a duas ordens de responsabilidade: umas, de caráter administrativo, na chefia do Governo; outras, de caráter político, no ajustamento constante do processo democrático, na fase difícil de sua implantação definitiva.

Já fazia dois anos que, em outra conversa, no meu apartamento no Rio de Janeiro, o então senador José Sarney se afligia com o vulto de nossa dívida externa, reconhecendo que, no andar da carruagem, teríamos à nossa frente uma dívida perpétua, muito mais grave que a que nos levou, no século XVIII, à Conjuração Mineira.

Por outro lado, agora, com a elaboração de uma nova Constituição, com outras linhas de governo, acirrou impaciências políticas, exaltou temperamentos apaixonados, sacudiu os vários segmentos da sociedade brasileira, daí resultando este clima da controvérsia e do conflito, nem sempre favorável às decisões perduráveis.

E Sarney, no nosso último encontro, em setembro, com a consciência plena de sua missão:

— Vou conduzindo o processo com o meu espírito conciliador, dando seqüência às diretrizes do Tancredo, mas ajustando-as aos fatores novos que vão surgir pelo caminho.

Lembrou-me bem de que lhe falei, nesse nosso último encontro, em Brasília, sobre a reforma ministerial, que ele então tinha em mira. E esclareceu-me:

— Não quero a reforma pela reforma. Quero a reforma como um ajustamento político às diretrizes do governo. Se esse ajustamento não se der, mudo os ministros; se se der, mantenho os ministros. O importante é que haja um respaldo político para a ação administrativa, sobretudo no que concerne aos nossos problemas mais prementes, como a dívida externa, a reforma agrária e o planejamento social e econômico.

Quando o ministro Raphael de Almeida Magalhães deixou o Ministério da Previdência, fez saber ao país, de modo altivo e digno, o quanto havia realizado à frente da pasta. Ora, essas realizações pertencem ao governo do presidente Sarney.

Tenho a impressão de que o presidente, se se dispuser a seguir o exemplo do saudoso presidente Juscelino Kubitschek, para expor ao país o que tem realizado em silêncio,

entrará pela madrugada nessa exposição meticulosa, indicativa de que não é em vão que, das oito da manhã às oito da noite, está ele sentado na cadeira de seu posto, ouvindo, decidindo, orientando, voltando atrás, estimulando, telefonando, para que o país prossiga, no gradativo ajustamento de nossas impaciências às nossas possibilidades reais.

Por vezes, nas providências que tem de tomar, como no caso do Plano Cruzado, como no caso da moratória, como no caso das mudanças de rumo aconselhadas por seus assessores, a decisão pessoal é a consequência da noite indormida, na vigília da responsabilidade suprema.

Em todas essas decisões, Sarney tem sabido correr o risco correspondente. Daí as modificações de sua fisionomia, marcada por sucessivas vigílias, riscada por constantes preocupações, sulcada pelo traço vertical sobranceiras contraídas. Não se afasta do posto nem abre mão de suas responsabilidades, sabendo que, no castelo da proa, é o comandante que tem de levar o seu barco ao porto seguro, à revelia dos vendavais e das ondas que lhe agridem a proa.

Agora, que já lhe fixaram o mandato, deixem o presidente Sarney trabalhar. Bem sabemos que uma nação é uma convergência constante de reivindicações e impaciências, freqüentemente sem condições de serem atendidas. Mas é também um compromisso. O compromisso com o futuro próximo, que não pode ser moldado no clima das agressões.

Contou Afonso Lopes Vieira, numa página de reminiscências, que, ao visitar Columbano, no ateliê do grande pintor, começou a queixar-se dos problemas que, na época, afligiam Portugal. Enquanto o poeta falava, o pintor continuava pintando. Quando Afonso Lopes Vieira se calou, depois de um suspiro, Columbano deu uma pincelada a mais no novo quadro, e confessou, aludindo à sua pintura:

— Eu, por mim, faço o que posso.

O presidente José Sarney, obedecendo às leis de seu temperamento, vai fazendo o que lhe é possível, no contexto das viabilidades brasileiras. Não poderia ser mais dedicado nem mais patriota. A crise em que nos debatemos não é apenas nossa. É uma crise do mundo contemporâneo, reivindicante, impaciente, com a ânsia das mudanças e das transformações.